

Clovis Alberto Volpe Filho

Mestre e Doutor em Direito Constitucional; MBA em Direito Empresarial;
Especialista em Ciências Criminais; Professor Universitário; Advogado.

CONCEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA

**Reflexos na Estrutura Normativa
dos Direitos Fundamentais**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-706-4



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

1211799

Volpe Filho, Clovis Alberto

V931 Conceito constitucional de acesso à justiça: reflexos
na estrutura normativa dos direitos fundamentais /
Clovis Alberto Volpe Filho – Curitiba: Juruá, 2021.
270 p.; 21cm

1. Acesso à justiça. 2. Direitos fundamentais.
I. Título.

CDD 342 (22.ed)
CDU 342.7

000058

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	17
INTRODUÇÃO.....	19
1 CONCEITO PROCESSUAL DE ACESSO À JUSTIÇA	25
1.1 QUESTÕES TERMINOLÓGICAS.....	25
1.2 CONCEITO PROCESSUAL DE ACESSO À JUSTIÇA: ACEPÇÃO DIFUNDIDA E COM SIGNIFICADO RESTRITO	27
1.3 CARACTERÍSTICAS DO CONCEITO PROCESSUAL DE ACESSO À JUSTIÇA	37
1.4 NECESSÁRIA DESMONOPOLIZAÇÃO DO CONCEITO PROCESSUAL.....	38
2 JUSTIÇA COMO ELEMENTO DO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO.....	45
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	45
2.2 POLISSEMIA NECESSÁRIA.....	46
2.3 ALGUMAS NOTAS SOBRE A CONCEPÇÃO DE JUSTIÇA.....	47
2.3.1 Justiça Idealizada.....	48
2.3.2 Justiça Racionalizada	58
2.3.3 Justiça Legalizada.....	64
2.3.4 Justiça Constitucionalizada.....	69
2.4 JUSTIÇA E DIREITO	83
2.5 CONSTITUIÇÃO COMO RESERVA DE JUSTIÇA: DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA COMO ELEMENTOS DO CONCEITO DE JUSTIÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	97
2.6 FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO.....	107
3 CONCEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA.....	111
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	111
3.2 DUALIDADE MATERIAL/FORMAL DO CONCEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA.....	111
3.3 CONCEPÇÃO ANALÍTICA DO CONCEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA.....	116

3.4	AXIOMAS DO CONCEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA	117
3.5	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO CONCEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA.....	118
3.5.1	Princípio da Reserva de Justiça.....	120
3.5.2	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	122
3.5.3	Princípio da Garantia.....	126
3.5.4	Princípio da Eficiência da Garantia.....	131
3.5.5	Princípio da Supremacia Constitucional.....	133
3.5.6	Princípio do Acesso à Justiça	138
3.6	CONCEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA: ACEPÇÃO COMPREENDIDA E COM SIGNIFICADO ABRANGENTE.....	138
3.7	CARACTERÍSTICAS DO CONCEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA.....	142
4	DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO NORMAS DE JUSTIÇA, ACESSO À JUSTIÇA E EFICIÊNCIA DO ACESSO À JUSTIÇA.....	145
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	145
4.2	NORMATIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DA JUSTIÇA E DO ACESSO À JUSTIÇA	146
4.3	ALGUMAS NOTAS DOUTRINÁRIAS SOBRE O CONCEITO MATERIAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	147
4.4	CONTEÚDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SISTÊMICA	152
4.4.1	Historicidade como Critério do Conceito Material de Direitos Fundamentais.....	153
4.4.2	Sistema Jurídico Vigente como Referencial do Conceito Material de Direitos Fundamentais.....	157
4.4.3	Igualdade, Liberdade e Proteção de Bens Essenciais como Elementos Materiais dos Direitos Fundamentais.	159
5	MODELO FUNCIONAL DAS NORMAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO REFERENCIAL DO SISTEMA NORMATIVO DE ACESSO À JUSTIÇA.....	167
5.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	167
5.2	DA PROPOSIÇÃO DE DEVER-SER À ESTRUTURA DE CONCRETIZAÇÃO.....	168
5.3	TEORIA DO MODELO FUNCIONAL COMO REFERENCIAL TEÓRICO.....	177
5.4	DIFERENÇA ENTRE PRINCÍPIOS E REGRAS: UMA VISÃO ORGÂNICA E FUNCIONAL	180

6	SISTEMA EM NÍVEIS FUNCIONAIS DAS NORMAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS À LUZ DO CONCEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA.....	191
6.1	DIFERENÇA ENTRE CLASSIFICAÇÃO E ORDENAÇÃO DAS NORMAS DE DIREITO FUNDAMENTAL	191
6.2	NOÇÃO DE SISTEMA NORMATIVO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	192
6.3	SISTEMA EM NÍVEIS FUNCIONAIS DAS NORMAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	194
6.3.1	Normas de Justiça: Primeiro Nível Funcional.....	197
6.3.1.1	Desestagnação das normas de justiça	203
6.3.2	Normas de Acesso à Justiça: Segundo Nível Funcional.....	204
6.3.2.1	Normas de acesso à justiça reivindicatórias	212
6.3.2.2	Normas de acesso à justiça <i>versus</i> garantias fundamentais	214
6.3.3	Normas de Eficiência de Acesso à Justiça: Terceiro Nível Funcional.....	219
6.3.3.1	Normas de eficiência <i>versus</i> eficácia normativa... ..	224
6.4	DUALIDADE SUBJETIVA/OBJETIVA DA NATUREZA DAS NORMAS DE JUSTIÇA, ACESSO À JUSTIÇA E EFICIÊNCIA DO ACESSO À JUSTIÇA	225
7	INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DAS NORMAS DE JUSTIÇA, ACESSO À JUSTIÇA E EFICIÊNCIA DO ACESSO À JUSTIÇA.....	229
7.1	IDENTIFICAÇÃO DA NORMA DE JUSTIÇA COMO FIM A SER PERSEGUIDO	230
7.2	COMPREENSÃO DOS VÍNCULOS FUNCIONAIS EXISTENTES ENTRE OS TEXTOS NORMATIVOS	233
	CONCLUSÕES	241
	REFERÊNCIAS.....	251
	ÍNDICE REMISSIVO.....	257